

# Concessionária de Rodovia Sul- Matogrossense S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>27</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>33</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>34</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>35</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>36</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>37</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>38</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>39</b>

## **Relatório da Administração**

### **1. Sobre a Companhia**

#### **1.1 Aos acionistas**

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (“Motiva Pantanal” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

#### **1.2 Apresentação**

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Motiva) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referente a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Estado de Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão e passa por 21 cidades limdeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

Em 2 de agosto de 2025 foi assinado o Termo Aditivo nº 006/2025, referente ao processo competitivo nº 01/2025, que trata da modernização do Contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-163/MS, no trecho compreendido entre a divisa com o estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná. O instrumento, celebrado entre a Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., antes denominada “CCR MSVia” agora “Motiva Pantanal”, e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT estabelece novas obrigações de investimentos de ampliação de capacidade, melhorias e serviços estruturais bem como novas diretrizes para a prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção na infraestrutura rodoviária, o referido aditivo assegura ainda a continuidade da prestação do serviço pelo prazo de 29 anos, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024 do Tribunal de Contas da União.

### **1.3 Destaques do ano de 2025**

A Companhia conquistou, em 2025, importantes certificações que reforçam seu protagonismo em sustentabilidade e ESG. Tornou-se a primeira concessionária do Brasil e da Motiva a obter a Certificação Lixo Zero, reconhecendo a gestão responsável de resíduos, com destinação adequada de mais de 90% para reutilização, reciclagem ou compostagem baseado em padrões internacionais da *Zero Waste International Alliance (ZWIA)*. A certificação é um reconhecimento oficial concedido pelo Instituto Lixo Zero Brasil a empresas e eventos que adotam práticas eficazes de gestão e destinação adequada de resíduos.

Além disso, recebeu o Certificado Empresa Amiga das Abelhas e o Selo API's + Juntos pelas Abelhas, destacando suas boas práticas socioambientais voltadas à proteção das abelhas, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Essas conquistas consolidam a Companhia como referência nacional em sustentabilidade, economia circular e responsabilidade ambiental.

## **2. Desempenho Econômico-Financeiro**

### **2.1 Mercado**

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica do setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

Em R\$ mil	2025	2024	Var. %
<b>Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)</b>	<b>769.399</b>	<b>302.928</b>	<b>154,0%</b>
<b>Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)</b>	<b>453.306</b>	<b>291.804</b>	<b>55,3%</b>
- Receita de Pedágio	442.990	229.276	93,2%
- Outras Receitas (a)	10.316	62.528	-83,5%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(38.916)</b>	<b>(30.689)</b>	<b>26,8%</b>
<b>Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)</b>	<b>414.390</b>	<b>261.115</b>	<b>58,7%</b>
<b>(+) Receita de Construção</b>	<b>316.093</b>	<b>11.124</b>	<b>2741,5%</b>
<b>Custos e Despesas (b)</b>	<b>(574.320)</b>	<b>(489.949)</b>	<b>17,2%</b>
- Depreciação e Amortização	(4.360)	(55.207)	-92,1%
- Serviços de Terceiros	(112.388)	(207.997)	-46,0%
- Custo com Pessoal	(81.883)	(68.139)	20,2%
- Custo de Construção	(316.093)	(11.124)	2741,5%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(59.596)	(147.482)	-59,6%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>156.163</b>	<b>(217.710)</b>	<b>-171,7%</b>
<b>Margem EBIT ajustada (c)</b>	<b>38%</b>	<b>-83%</b>	<b>-145,2%</b>
<b>EBIT (d)</b>	<b>156.163</b>	<b>(217.710)</b>	<b>-171,7%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>21%</b>	<b>-80%</b>	<b>-126,7%</b>
(+) Depreciação e amortização	4.360	55.207	-92,1%
<b>EBITDA (e)</b>	<b>160.523</b>	<b>(162.503)</b>	<b>-198,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>22%</b>	<b>-60%</b>	<b>-136,8%</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>160.523</b>	<b>(162.503)</b>	<b>-198,8%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (f)</b>	<b>39%</b>	<b>-62%</b>	<b>-162,2%</b>
Resultado Financeiro Líquido	(47.535)	(158.888)	-70,1%
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IR &amp; CS</b>	<b>108.628</b>	<b>(376.598)</b>	<b>-128,8%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	449.618	62	725090,3%
<b>Lucro (Prejuízo) antes da participação dos minoritários</b>	<b>558.246</b>	<b>(376.536)</b>	<b>-248,3%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>558.246</b>	<b>(376.536)</b>	<b>-248,3%</b>
<b>Endividamento bruto (f)</b>	<b>659.932</b>	<b>691.138</b>	<b>-451,5%</b>
<b>Investimentos (caixa) (g)</b>	<b>394.496</b>	<b>20.746</b>	<b>180155,2%</b>

(a) Outras receitas: receitas acessórias + receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente

(b) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais;

(c) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/22;

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas Líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(f) Dívida bruta: somatória dos empréstimos e financiamento (líquidos dos custos de transação); e

(g) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

## 2.2 Receita Operacional

**Receita de pedágio:** A Companhia registrou um aumento de 93,2% na receita de pedágio em 2025 em relação a 2024 (R\$ 442.990 em 2025 versus R\$ 229.276 em 2024). Essa variação é explicada, predominantemente, pelos efeitos do termo aditivo firmado em agosto de 2025, que redefiniu os direitos econômicos da concessionária e passou a permitir o reconhecimento de uma parcela maior das receitas tarifárias. Com a assinatura desse aditivo, a Companhia deixou de observar os efeitos anteriormente existentes relacionados ao excedente tarifário, resultando em uma elevação proporcional do montante de receita registrada no exercício.

**Outras receitas:** Referem-se às receitas acessórias oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica.

## 2.3 Custos e despesas totais

Os custos totais apresentaram aumento de 17,2% em relação a 2024, perfazendo R\$ 574.320 no ano de 2024. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 316.093, representando um aumento de 2741,5% em relação a 2025, em decorrência da retomada imediata das obras de duplicação, faixas adicionais e restauração do pavimento objeto da repactuação do Contrato de Concessão que aconteceu no referido ano.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 4.360 no ano de 2025, representando uma redução de 92,1% em relação a 2024 devido ao congelamento da amortização/depreciação dos ativos após a assinatura do Termo de Autocomposição em dezembro/2024 até que o novo prazo contratual fosse definido em conjunto com o Poder Concedente.
- Os gastos com pessoal totalizaram R\$ 81.883 no ano de 2025, um aumento de 20,2%, por conta da contratação das equipes de engenharia e manutenção para acompanhamento das obras de duplicação e melhorias.
- Os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 112.388 no ano de 2025, uma redução de 46% devido principalmente aos serviços de reparo no pavimento que tiveram sua classificação para upgrade e não mais impactando os custos da Companhia devido a mudança na solução adotada.

## 2.4 Investimentos

Durante o exercício de 2025, foram investidos R\$ 394.496, apresentando um aumento significativo reflexo da repactuação do contrato de concessão com execução imediata das obras de ampliação da capacidade (duplicação), faixas adicionais, restauração do pavimento, aquisição de equipamentos e veículos administrativos e operacionais.

## 2.5 Endividamento bruto

Em 2025, a dívida bruta totalizou R\$ 659.932, em moeda local, representando uma redução de 4,52% em relação a 2024 onde o montante foi R\$ 691.138.

## 2.6 Resultado financeiro

No exercício de 2025, as operações financeiras da Companhia resultaram em um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 47.535, frente ao resultado negativo de R\$ 158.888 registrado em 2024. A melhora no desempenho financeiro reflete, principalmente, os efeitos da alteração contratual introduzida pelo termo de autocomposição, que eliminou o reconhecimento do efeito de atualização do excedente tarifário anteriormente contabilizado. Com a nova configuração contratual, esses ajustes deixaram de impactar o resultado financeiro da Companhia, contribuindo para a redução do montante negativo observado em 2025.

## 2.7 Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social (art. 28) determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de três anos reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de: (i) lucros acumulados; ou (ii) de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

## 2.8 Planejamento Empresarial

A Companhia continua com a prestação de serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional 24 horas, todos os dias do ano, buscando com excelência torná-la uma Rodovia da Vida.

## 2.9 Gestão da Qualidade

No exercício de 2025, a Companhia manteve a manutenção do sistema de gestão baseado nas normas NBR ISO 14001 e ISO 39001, por meio do acompanhamento de indicadores, cumprimento e atualização de procedimentos e realização de vistorias em campo. Esse sistema abrange o seguinte escopo: cobrança de receitas acessórias na faixa de domínio; monitoramento do tráfego pelo Centro de Controle Operacional e pelo canal 0800; ouvidoria para recebimento e tratativa de reclamações, sugestões e solicitações; Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), incluindo resgate médico, resgate mecânico, inspeção de tráfego, combate a princípio de incêndio e apreensão, afugentamento ou resgate de animais; arrecadação da tarifa de pedágio; monitoramento e conservação da faixa de domínio; e fiscalização de serviços ambientais nas frentes de obras do sistema rodoviário da BR-163/MS.

Os objetivos das normas são:

- NBR ISO 14001: Garantir uma gestão ambiental eficaz, promovendo a prevenção da poluição, a conformidade legal e a melhoria contínua do desempenho ambiental, visando reduzir impactos e preservar os recursos naturais.
- NBR ISO 39001: Assegurar a gestão da segurança viária, com foco na redução de acidentes de trânsito, proteção da vida e integridade física dos usuários, além da melhoria contínua da segurança operacional.

Esses objetivos reforçam o compromisso da concessionária com a sustentabilidade, a segurança e a excelência operacional, alinhando suas práticas às melhores normas internacionais e garantindo benefícios para os usuários, a sociedade e o meio ambiente.

## 2.10 Recursos Humanos

Em 2025 foram contratados 184 novos colaboradores para diversas áreas da Companhia. A média/ano de *turnover* ficou em 1,7%. Devido à nova realidade da concessionária, o destaque está nos 21 reaproveitamentos de profissionais que passaram por *reskilling* e foram promovidos. Além da mobilização

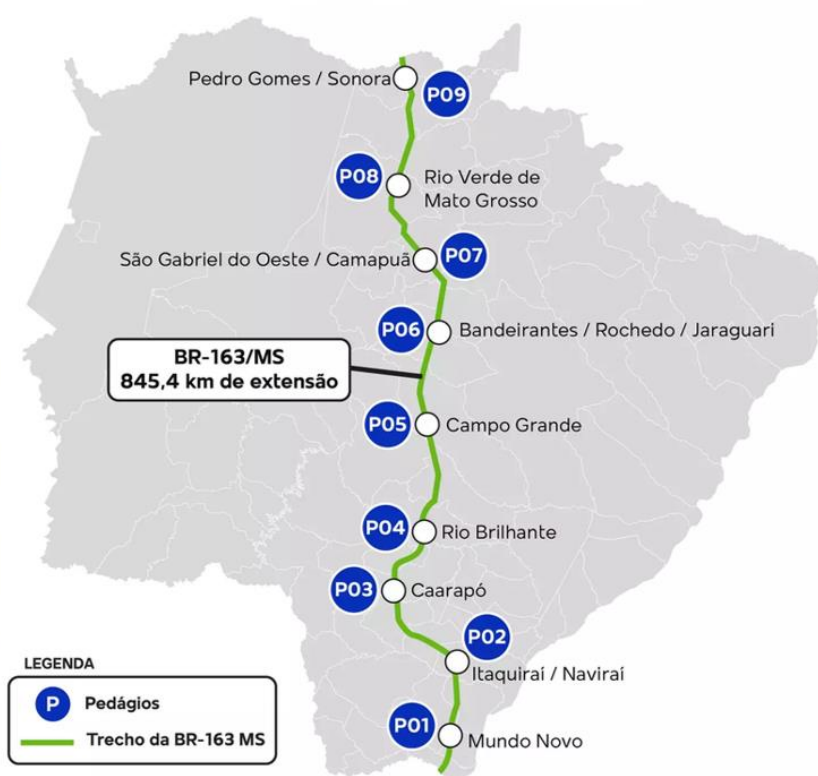
do time de engenharia que contou 35 novas admissões, 57 pessoas movimentadas e promovidas. Encerramos 2025 com 653 colaboradores próprios.

### 3. Indicadores Operacionais

Em agosto de 2025, a Companhia assinou o 6º Termo Aditivo com o cenário de repactuação contratual dando continuidade nos serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional.

As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.

Edificações	Qtde.
Praças de pedágio (reforma)	09
Praças de pedágio (demolição e reconstrução)	01
BSO / SAU (reforma)	17
PGF (implantação)	03
PPD (implantação)	03
PRF (reforma)	06
PRF (reconstrução e implantação)	04
Posto ANTT (reforma)	01



### 3.1 Caracterização do Tráfego

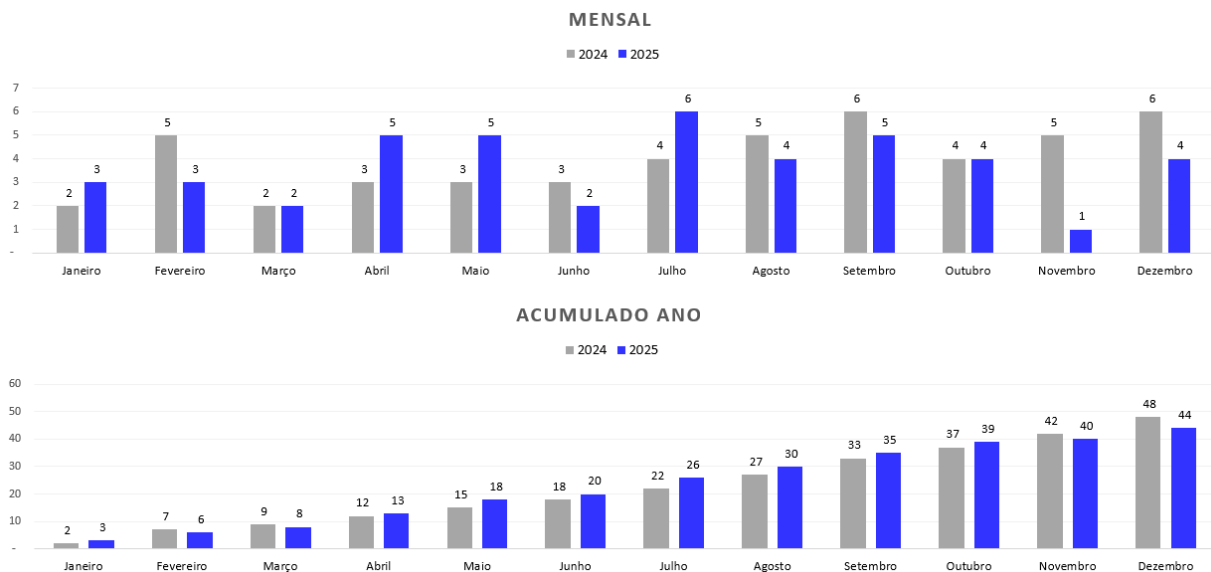
#### 3.1.1 Volume

Na tabela é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês em cada Praça de Pedágio, sem evasão.

EIXO	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	MSVia
Janeiro	11.612	15.002	14.971	13.551	18.954	22.442	18.906	16.265	15.373	147.077
Fevereiro	11.810	15.663	14.996	13.461	19.454	22.758	19.226	15.667	14.855	147.890
Março	11.284	15.134	14.345	14.169	21.271	25.388	20.834	16.662	15.661	154.748
Abril	9.798	13.919	12.426	12.020	18.309	21.918	17.655	14.653	13.501	134.199
Maior	10.513	15.393	13.139	12.218	18.547	22.537	18.539	15.253	14.193	140.332
Junho	10.765	15.218	13.707	12.485	19.273	24.107	20.520	17.198	16.026	149.299
Julho	13.780	17.962	16.494	14.373	19.872	26.087	21.572	17.699	16.501	164.340
Agosto	14.702	18.253	17.506	14.294	19.714	26.826	21.155	16.670	15.677	164.797
Setembro	12.627	17.740	16.321	14.047	19.349	25.955	20.951	17.009	15.801	159.799
Outubro	12.024	15.781	14.709	13.093	19.100	24.575	19.643	16.247	15.109	150.280
Novembro	11.186	15.276	13.704	12.472	12.472	22.870	19.173	15.461	14.483	142.603
Dezembro	11.039	14.735	14.117	13.125	18.291	21.831	18.192	13.125	14.272	138.727
<b>ANO</b>	<b>11.762</b>	<b>15.840</b>	<b>14.703</b>	<b>13.276</b>	<b>19.176</b>	<b>23.941</b>	<b>19.967</b>	<b>15.993</b>	<b>15.121</b>	<b>149.507</b>

### 3.1.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2024 foram registrados 1.760 acidentes, em 2025 houve uma redução no número de acidentes, onde registrados foram 1.758 acidentes no período. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 29%.



Abaixo são demonstrados os valores de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por quantidade de eventos, tipos de ocorrências e com número de pessoas envolvidas no exercício corrente e comparativo com anos anteriores e apresentamos os índices comparados com anos anteriores.

ÚLTIMOS 3 ANOS		Unid	2023	2024	2025	Variação				
COMPARATIVO 3 ANOS										
VDM - Volume Diário Médio	Veic	6.771	6.787	6.787	Dif. 23/22	Δ%	Dif. 23/25	Δ%	Dif. 24/25	Δ%
Extensão controlada	km	845,40	845,40	845						
Dias no período	d	365	365	365						
Total acidentes	ocorr.	1.704	1.760	1.758	56	3,3%	54	3,2%	-2	-0,1%
Acidentes c/ vítimas feridas	ocorr.	616	706	667	90	14,6%	51	8,3%	-39	-5,5%
Acidentes s/ vititmas	ocorr.	1.042	1.006	1.047	-36	-3,5%	5	0,5%	41	4,1%
Acidentes c/ mortos	ocorr.	46	48	44	2	4,3%	-2	-4,3%	-4	-8,3%
Vítimas feridas	pes	1.001	1.111	991	110	11,0%	-10	-1,0%	-120	-10,8%
Mortos	pes	63	71	45	8	12,7%	-18	-28,6%	-26	-36,6%
Índice de acidentes - Ia	índc	0,82	0,84	0,84	0,02	3,1%	0,02	2,9%	0,00	-0,1%
Índice de Mortalidade - Im	índc	2,20	2,29	2,10	0,09	4,1%	-0,10	-4,6%	-0,19	-8,3%
Índice de Mortos - IM	índc	3,02	3,39	2,15	0,38	12,4%	-0,87	-28,7%	-1,24	-36,6%
ÍNDICE GRAVIDADE	índc	2,26	2,46	2,37	0,21	9,1%	0,11	4,7%	-0,10	-4,0%
ÍNDICE FERIDOS	índc	47,91	53,05	47,32	5,15	10,7%	-0,58	-1,2%	-5,73	-10,8%
MORTOS	índc	0,03	0,03	0,02	0,00	12,4%	-0,01	-28,7%	-0,01	-36,6%

$$Ia = \frac{(n^{\circ} \text{ de acidentes} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

$$Im = \frac{(n^{\circ} \text{ de acidentes c/mortos} \times 10^8)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

$$If = \frac{(n^{\circ} \text{ de Vítimas feridas} \times 10^8)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

## 3.2 Dados de Operação da Concessão

### 3.2.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de Veiculo	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	9	1,07
Guincho Pesado	7	0,83
Veiculo de Inspeção	10	1,18
Ambulância de Resgate - Tipo C	12	1,42
Ambulância de Suporte Avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão Pipa	4	0,47
Caminhão Apreensão de Animais	4	0,47
Manutenção de Equipamentos	13	1,54
Administrativo	51	6,04
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Veiculos de Pintura	3	0,36
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>14,44</b>

No decorrer do ano de 2025, foram registradas 90.202 ocorrências, bem como 74.027 registros atendimentos de usuários por meio do serviço 0800 (Chatbot).

Abaixo destacamos os acionamentos dos recursos operacionais da concessionária:

- 4.447 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate;
- 30.828 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 90.202 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;



# ABC DE OCORRÊNCIAS

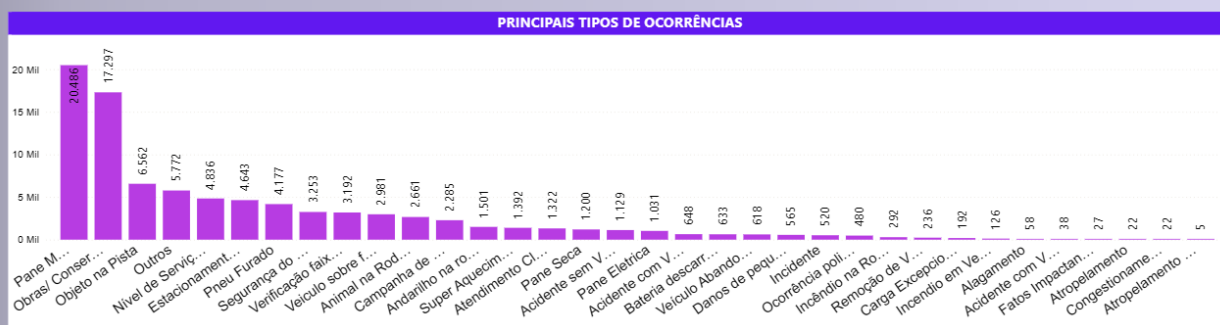
**32,32%**  
% ATENDIMENTO MECÂNICO

**3,51%**  
% ATENDIMENTO MÉDICO

**32,32%**  
% ATENDIMENTO MECÂNICO

**3,51%**  
% ATENDIMENTO MÉDICO

ACUMULADO			
TIPO OC	DESCRIÇÃO	TOTAL OC	%
TP01	Pane Mecanica	281.986	20,07%
TO07	Objeto na Pista	208.764	14,86%
TO09	Obras/ Conservação de Rotina	153.124	10,90%
TO15	Verificação faixa de domínio	119.332	8,49%
TO30	Outros	86.842	6,18%
TO03	Animal na Rodovia	83.015	5,91%
TP03	Pneu Furado	71.352	5,08%
TO16	Estacionamento indevido no acostamento	59.622	4,24%
TO06	Nível de Serviço, Manutenção, Este/Bases	49.400	3,53%
<b>Total</b>		<b>1.405.214</b>	<b>100,00%</b>



## 3.2.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela as quantidades de colaboradores empregados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de colaboradores pelo VDMA (volume diário médio anual equivalente) da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de colaboradores pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Assistente Administrativo-Operações	1	0,07
Gerente Operações	1	0,07
Coordenador(A) Operações	2	0,13
Supervisor(A) Tráfego	5	0,33
Operador(A) Tráfego	131	8,70
Controlador(A) Rodovias	2	0,13
Lider Pedágio	1	0,07
Supervisor(A) Aph	1	0,07
Médico(A) Aph-Rt	1	0,07
Farmacêutico(A) Responsável Técnico	2	0,13
Lider Enfermagem Aph	10	0,66
Motorista Aph	89	5,91
Socorrista Aph	104	6,91
Instrutor(A) Aph	1	0,07
<b>Total Operacional</b>	<b>351</b>	<b>23,32</b>
Lider Pedágio	11	0,73
Operador(A) Pedágio	114	7,57
Supervisor(A) Tráfego	1	0,07
<b>Total Pedágio</b>	<b>126</b>	<b>8,37</b>

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Analista Comunicação	1	0,07
Analista Conservação	1	0,07
Analista Contratos Concessões	1	0,07
Analista De Tecnologia	1	0,07
Analista Eng Manutencao Civil	1	0,07
Analista Eng Qualidade Obras	1	0,07
Analista Engenharia Obras	3	0,20
Analista Faixa Domínio	1	0,07
Analista Implantacao Eng Elétrica	1	0,07
Analista Meio Ambiente	1	0,07
Analista Pavimentos	6	0,40
Analista Planejamento E Gestão Financeira	1	0,07
Analista Planejamento Operacoes	1	0,07
Analista Pmo	3	0,20
Analista Riscos Engenharia	1	0,07
Analista Tecnologia	1	0,07
Aprendiz Assist. Administrativo	19	1,26
Assistente Administrativo-Eng Elétrica	1	0,07
Assistente Administrativo-Facilities	1	0,07
Assistente Administrativo-Qualidade	1	0,07
Assistente Administrativo-Saude Ocupacional	1	0,07
Assistente Cedoc	1	0,07
Assistente Comunicação	1	0,07
Assistente Conservação	10	0,66
Assistente Eng Qualidade Obras	1	0,07
Assistente Engenharia Projetos	2	0,13

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Assistente Fabrica Placas	2	0,13
Assistente Manutencao Frota	4	0,27
Assistente Meio Ambiente	1	0,07
Assistente Ouvidoria	1	0,07
Assistente Pavimentos	2	0,13
Assistente Planej Operações	3	0,20
Assistente Planejamento E Gestão Financeira	1	0,07
Assistente Pmo	2	0,13
Auxiliar Administrativo-Facilities	1	0,07
Auxiliar Administrativo-Qualidade	1	0,07
Auxiliar Administrativo-Segurança Trabalho	1	0,07
Auxiliar Conservação	1	0,07
Auxiliar Sinalização Horizontal	2	0,13
Controlador(A) Rodovias	0	0,00
Coordenador(A) Comunicação	1	0,07
Coordenador(A) Conservação	1	0,07
Coordenador(A) Eng Qualidade Obras	1	0,07
Coordenador(A) Engenharia Obras	2	0,13
Coordenador(A) Implantação Eng Elétrica	1	0,07
Coordenador(A) Manut Equip E Sist	1	0,07
Coordenador(A) Obras Pavimentos	1	0,07
Coordenador(A) Planejamento Obras	1	0,07
Diretor(A) Unidade Negócio	1	0,07
Engenheiro(A) Segurança Trabalho	1	0,07
Especialista Contratos Concessões	1	0,07
Especialista Eng Planejamento Obras	2	0,13
Especialista Engenharia Obras	2	0,13
Especialista Engenharia Projetos	1	0,07
Especialista Faixa De Domínio	1	0,07
Especialista Pavimentos	1	0,07
Especialista Relações Institucionais	1	0,07
Fiscal Obras	4	0,27
Gerente Engenharia Obras	1	0,07
Gerente Executivo(A) Contratos Concessões	1	0,07
Gerente Executivo(A) Engenharia Obras	1	0,07
Gerente Planejamento E Gestão Financeira Unidade	1	0,07
Gerente Pmo Rodovias	1	0,07
Médico(A) Trabalho	1	0,07
Motorista Aph	0	0,00
Operador(A) Eqpto Sinalização Horizontal	13	0,86
Operador(A) Pedágio	0	0,00
Operador(A) Tráfego	0	0,00
Socorrista Aph	0	0,00
Supervisor(A) Conservação	6	0,40
Supervisor(A) Eng Qualidade Obras	4	0,27
Supervisor(A) Engenharia Obras	1	0,07
Supervisor(A) Facilities	1	0,07
Supervisor(A) Manut Equip E Sist	3	0,20
Supervisor(A) Manut Frota	1	0,07
Supervisor(A) Meio Ambiente	1	0,07
Supervisor(A) Pavimentos	2	0,13
Supervisor(A) Segurança Trabalho	1	0,07
Tecnico(A) Manut Equipt Sistemas	22	1,46
Tecnico(A) Segurança Trabalho	4	0,27
Tecnico(A) Suporte Sistemas III	1	0,07
Trainee	1	0,07
<b>Total Áreas De Apoio</b>	<b>176</b>	<b>11,87</b>
<b>Total Geral</b>	<b>653</b>	<b>43,56</b>

### 3.3 Aspectos Financeiros

Nos quadros a seguir temos um breve detalhamento de alguns números da Companhia.

- Receita de Pedágio/Acessória (em R\$ mil)

Em 2025	Acumulado
453.306	2.798.347

- Investimentos (em R\$ mil)

Em 2025	Acumulado
394.496	2.263.357

- Custos Operacionais (em R\$ mil)

Em 2025	Acumulado
574.320	5.087.515

- ISS Repassados (em R\$ mil)

A tabela mostra o total de ISS repassados para as prefeituras no exercício de 2025 e o acumulado desde o início da concessão.

Em 2025	Acumulado
30.899	266.393

- Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes as tarifas praticadas no final do exercício de 2025 em cada praça de pedágio, por categoria de veículo:

TIPOS DE VEÍCULOS	PR										MT
	NÚMERO DE EIXOS	MUNDO NOVO KM 28,2	ITAQUIRAÍ KM 113,2	CAARAPÓ KM 227,9	RIO BRILHANTE KM 313,7	CAMPO GRANDE KM 432,1	JARAGUARI KM 533,8	S. GABRIEL DO OESTE KM 603,4	RIO VERDE DE MT KM 703,5	PEDRO GOMES KM 817,8	
		R\$ 6,50	R\$ 8,90	R\$ 8,90	R\$ 9,10	R\$ 10,00	R\$ 7,80	R\$ 7,50	R\$ 10,00	R\$ 7,40	
	3	R\$ 9,75	R\$ 13,35	R\$ 13,35	R\$ 13,65	R\$ 15,00	R\$ 11,70	R\$ 11,25	R\$ 15,00	R\$ 11,10	
	4	R\$ 13,00	R\$ 17,80	R\$ 17,80	R\$ 18,20	R\$ 20,00	R\$ 15,60	R\$ 15,00	R\$ 20,00	R\$ 14,80	
	2	R\$ 13,00	R\$ 17,80	R\$ 17,80	R\$ 18,20	R\$ 20,00	R\$ 15,60	R\$ 15,00	R\$ 20,00	R\$ 14,80	
	3	R\$ 19,50	R\$ 26,70	R\$ 26,70	R\$ 27,30	R\$ 30,00	R\$ 23,40	R\$ 22,50	R\$ 30,00	R\$ 22,20	
	4	R\$ 26,00	R\$ 35,60	R\$ 35,60	R\$ 36,40	R\$ 40,00	R\$ 31,20	R\$ 30,00	R\$ 40,00	R\$ 29,60	
	5	R\$ 32,50	R\$ 44,50	R\$ 44,50	R\$ 45,50	R\$ 50,00	R\$ 39,00	R\$ 37,50	R\$ 50,00	R\$ 37,00	
	6	R\$ 39,00	R\$ 53,40	R\$ 53,40	R\$ 54,60	R\$ 60,00	R\$ 46,80	R\$ 45,00	R\$ 60,00	R\$ 44,40	
	7	R\$ 45,50	R\$ 62,30	R\$ 62,30	R\$ 63,70	R\$ 70,00	R\$ 54,60	R\$ 52,50	R\$ 70,00	R\$ 51,80	
	8	R\$ 52,00	R\$ 71,20	R\$ 71,20	R\$ 72,80	R\$ 80,00	R\$ 62,40	R\$ 60,00	R\$ 80,00	R\$ 59,20	
	9	R\$ 58,50	R\$ 80,10	R\$ 80,10	R\$ 81,90	R\$ 90,00	R\$ 70,20	R\$ 67,50	R\$ 90,00	R\$ 66,60	
	<b>MOTOS ISENTAS - A PARTIR DE 05/08/2025</b>										

Para os veículos com mais de 9 (nove) eixos e denominados "veículos especiais", que transportam cargas superpesadas e indivisíveis, será cobrada tarifa básica vezes o número de eixos

#### 4. Destaques do Período

Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a segurança viária ao realizar 1.167 Ações Educativas e prestou apoio a Polícia Rodoviária Federal, no total de 42 Ações Coercitivas ao longo de seu trecho de rodovia. Essa prática, já consolidada ao longo dos anos, tem como objetivo não apenas fiscalizar, mas também conscientizar os usuários sobre a importância de atitudes responsáveis no trânsito.

Atingimos mais de 24 mil pessoas com ações que incluíram campanhas educativas, distribuição de materiais informativos, palestras e outros. Essas iniciativas desempenham um papel crucial na redução de acidentes, incentivando comportamentos como o respeito aos limites de velocidade, uso do celular, ultrapassagem, o uso de cinto de segurança e muitos outros.

Além da educação, as ações coercitivas garantiram o cumprimento das normas de trânsito, criando um ambiente mais seguro para motoristas, motociclistas pedestres e ciclistas. A combinação de conscientização e fiscalização é um esforço constante da Motiva Pantanal, que ao longo dos anos tem se mostrado eficaz na promoção de um trânsito mais seguro e na preservação de vidas.

PALESTRAS		COERCITIVAS		AÇÕES SEGURANÇA		TOTAL	
30	2.206	42	489	1.095	22.103	1.167	24.798
QUANTIDADE	PÚBLICO ATINGIDO	QUANTIDADE	VEÍCULOS ATINGIDOS	QUANTIDADE	PÚBLICO ATINGIDO	QUANTIDADE	ATINGIMENTO

## 5. Concessionária em números

<b>Dados anuais</b>		<b>Unidade de medida ou comentário</b>
Quilômetros de rodovia	845	
Número de veículos que transitaram	18.948.624	Quantidade por tamanho (leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
VEÍCULOS LEVES	10.709.509	
MOTOS	173.813	
CAMINHÕES	8.065.302	
ÔNIBUS	24.503	
VEÍCULOS ISENTOS	338.721	
MOTOS ISENTAS	80.821	
Número de praças de pedágios	9	
Tarifa		Tarifa
P1 – Mundo Novo	6,5	Tarifa (informação detalhada no item 3.1.4)
P2 – Itaquiraí	8,9	
P3 – Caarapó	8,9	
P4 – Rio Brilhante	9,1	
P5 – Campo Grande	10	
P6 – Jaraguari	7,8	
P7 – São Gabriel do Oeste	7,5	
P8 – Rio Verde	10	
P9 – Pedro Gomes	7,4	
Número de quilômetros mantidos	845	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	152.229	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	51.914	Média anual
Equipes utilizadas pelo concessionário		Veículos, Maquinaria, Balanças, etc.
Praças de pedágio	9	
Bases Operacionais	17	
Balanças	3	
Ambulâncias de Resgate	17	
Guincho Leve	9	
Guincho Pesado	7	
Inspeção de Tráfego	10	
Apreensão de Animais	4	
Pipa	4	
Índices de qualidade de estrada	N/A	Por exemplo, índice de Rugosidade
Receita de pedágio	442.990	Expresso em milhares de reais
Custos associados às receitas de pedágio	38.916	Expresso em milhares de reais
<b>Fator Trabalho</b>		
Número de Trabalhadores	653	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	351	
Pedágio	126	
Áreas de apoio	176	
Despesas de Pessoal	81.883	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	44.014	

Pedágio	15.800	
Áreas de apoio	22.070	
<b>Fator Capital</b>		
Despesas de Depreciação	4.360	Regra de depreciação empregada
Ativo Líquido	193.920	Caixa e Equivalentes de Caixa
Ativo Bruto	1.464.603	Total do Ativo
Série Histórica dos Investimentos	2.263.357	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32%	WACC Regulatório ->
<b>Fatores Intermediários</b>		
Despesas em Administração	358.939	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	112.388	Valores monetários
Outras Despesas	21.110	
<b>Seguridade</b>		
Quantidade de Acidentes	1.758	Na medida do possível, separados entre aquele em que houve vítimas ou apenas danos e lesões
Acidentes c/ vítimas feridas	667	
Acidentes s/ vítimas	1.047	
Acidentes c/ mortos	44	
Vítimas feridas	991	
Mortos	45	
<b>Indicadores</b>		
Receita por veículo ou KM	2,91	
Custo por veículo ou KM	3,77	
Quilômetros de rodovia	845	

## 6. Balanço Social

	2025	2024
Faturamento bruto	769.399	302.928
Receita líquida (RL)	730.483	272.239
Resultado operacional (RO)	156.163	-217.710
Folha de pagamento bruta (FPB)	-81.883	-68.139
Folha de pagamento bruta - total remunerações	-30.767	-24.435

## 7. Demais Assuntos

### 7.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A..

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo Siqueira Moraes Camargo o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Pedro Paulo Archer Sutter e Roberto Penna Chaves Neto. A Diretoria, composta por três membros

foi eleita pelo Conselho de Administração: Guilherme Motta Gomes, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, como Diretor eleito Fausto Camilotti e como Diretor eleito Angelo Luiz Lodi.

## 7.2 ESG

### 7.2.1 Sustentabilidade

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável.

Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: [Relatório Coalizão Transportes – Completo](#).

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em

antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (*Corporate Sustainability Assessment*) da *S&P Global* em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas — incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes — disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council -Relato Integrado* (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: [www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios](http://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios).

### 7.2.2 Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável.

Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à *Science Based Targets Initiative* (SBTi).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

### 7.2.3 Meio Ambiente

Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a **Política de Sustentabilidade**, lançada em 2025, e a **Política de Mudanças Climáticas**, além de fortalecer iniciativas locais por meio do **Sistema de Gestão Ambiental**, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado.

A **Estratégia Climática** é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros.

Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027.

No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO<sub>2</sub> e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável.

Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia **PSA Carbonfloor**. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental.

Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a **SOS Mata Atlântica** para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO<sub>2</sub> até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa.

A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela **TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures)**, consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de **Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS – Nature-Based Solutions)** como estratégia para compensar os impactos do negócio.

No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais.

A **Política de Mudanças Climáticas**, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações.

A agenda climática também compõe a **Matriz de Riscos Corporativos** da Motiva, com base nas recomendações da **Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)**.

Outros destaques e informações podem ser consultados no site: [www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios](http://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios).

## 8. Compromissos

A Companhia está em conformidade aos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho da IFC (International Finance Corporation), conforme evidenciado no 6º Relatório de Monitoramento Socioambiental. O documento apresenta as informações referentes à verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP), confirmando o atendimento às diretrizes socioambientais no exercício de 2025.

## 9. Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável da Motiva e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2025 foram:

- Prêmio ANTT - Destaques na categoria **Segurança Viária - Rodovias**, pela maior redução percentual do número de vítimas fatais, no período de 12 (doze) meses, em comparação com o mesmo período do ano anterior, com base em Indicadores da própria Agência Reguladora. Esse foi um reconhecimento pelo desempenho da Concessionária na redução de acidentes, no cuidado com os clientes e na execução de iniciativas estruturadas voltadas à segurança da BR-163/MS, e materializa o esforço diário das equipes de campo e o compromisso da Motiva Pantanal com a vida.
- Em 2025, a Motiva Pantanal reafirmou seu desempenho e compromisso com a gestão socioambiental ao manter-se, pelo segundo ano consecutivo, na 4ª posição da categoria "A" no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das Concessões de Rodovias Federais, classificado pela ANTT. O resultado alcançado foi de 81,87% de atendimento, com ligeiro aumento no índice de atendimento socioambiental em relação ao ciclo anterior, evidenciando a continuidade dos esforços em boas práticas e melhorias de processos. Como destaque, a concessionária conquistou o 1º lugar na Motiva Rodovias no ranking interno referente à avaliação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) – Edição 2025 (ano-base 2024), reforçando seu alinhamento às diretrizes de sustentabilidade e à excelência na prestação de serviços. O propósito do IDA é avaliar a progressão qualitativa e o comprometimento socioambiental das concessionárias federais. Nesse contexto, o resultado alcançado evidencia o reconhecimento do desempenho da concessionária Motiva Pantanal no Índice de Desempenho Ambiental (IDA), reforçando seu compromisso com a disseminação de boas práticas de gestão sustentável no setor de infraestrutura de transportes.

## **10. Considerações Finais**

### **11.1 Agradecimentos**

Neste exercício de 2025 a Companhia agradece aos clientes, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Companhia agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

### **11.2 Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

### **11.3 Cláusula Compromissória**

O Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

### **11.4 Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores

Independentes Ltda. (“GT”) sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Campo Grande, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar  
Cambuí - Campinas (SP) Brasil  
T +55 19 2042-1036  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos acionistas, conselheiros e Administração da  
**Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.**  
Campo Grande – MS

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

### Modernização do contrato de concessão e capitalização de gastos com ativos de concessão (Termo aditivo nº 006/2025) (Notas explicativas nºs 1, 3.7 e 11)

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme a nota explicativa 1, no dia primeiro de agosto de 2025, a Companhia assinou o Termo Aditivo nº 006/2025, no contexto do processo competitivo nº 01/2025, que modernizou o contrato da BR-163/MS, definiu novas obrigações de investimentos, diretrizes de prestação de serviços e assegurou continuidade por 29 anos, em linha com o Acórdão TCU Plenário nº 2.434/2024.

Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia havia celebrado o Termo de Modernização do contrato de concessão, que já previa a obrigação de retomada das obras de ampliação de capacidade, duplicação, faixas adicionais e restauração do pavimento. Entretanto, embora tal instrumento já estabelecesse compromissos formais, as condições operacionais e financeiras necessárias ao reconhecimento contábil pleno dos efeitos da modernização – incluindo mensuração confiável do cronograma de obras, amortização/depreciação em razão do congelamento iniciado com o termo de autocomposição celebrado em dezembro de 2024 até a definição final do novo prazo contratual em 2025.

Desde a celebração do termo aditivo a Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactam na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido a existir certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como o ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza e extensão dos esforços de auditoria necessários para tratar do assunto e às incertezas relacionadas aplicação integral da interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), possuem risco significativo resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
- obtivemos o Termo de modernização (18 de dezembro de 2024), do Termo aditivo nº 006/2025 (1º de agosto de 2025) e demais documentos regulatórios pertinentes, avaliando seus impactos contábeis e operacionais e verificando o momento apropriado para reconhecimento dos efeitos nas demonstrações financeiras;

- testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação;
- avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e
- avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras.

## **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas Explicativas nºs 3.12 e 8.2)**

### **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria**

A Companhia constituiu no exercício de 2025 imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

### **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia;
- conciliamos tecnicamente os saldos de prejuízos fiscais/bases negativas e diferenças temporárias, com o auxílio dos nossos especialistas de impostos diretos;
- testamos, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;
- reexecutamos os cálculos de impostos de renda e contribuição social diferido;
- efetuamos a leitura das evidências contratuais sobre o Termo de Autocomposição de 18 de dezembro de 2024, leilão de otimização de 22 de maio de 2025, Reajuste tarifário junho de 2025 e o Termo Aditivo de agosto de 2025. Adicionalmente os recentes resultados operacionais que sustentam a mudança de perspectiva de resultados tributáveis; e
- avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações, estando consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins  
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

## Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>		<b>256.366</b>	<b>97.141</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	193.920	56.499
Aplicações financeiras	6	10.458	9.958
Contas a receber das operações	7.1	30.625	25.623
Contas a receber de partes relacionadas	9	79	2
Tributos a recuperar		16.069	2.560
Despesas antecipadas e outros créditos		5.215	2.499
<b>Não circulante</b>		<b>1.208.237</b>	<b>369.388</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	27.094	27.919
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.2	449.618	-
Outros créditos		20	29
<b>Imobilizado</b>	10	5.363	-
<b>Imobilizado em andamento</b>	10	36.550	-
<b>Intangível</b>	11	384.518	331.889
<b>Intangível em construção</b>	11	304.894	9.454
<b>Arrendamento</b>		180	97
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.464.603</b>	<b>466.529</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>		<b>230.244</b>	<b>116.989</b>
Financiamentos	14	51.390	50.026
Fornecedores	12	82.124	18.081
Imposto de renda e contribuição social		3.869	1.919
Impostos e contribuições a recolher		4.707	2.133
Obrigações sociais e trabalhistas	13	13.413	9.744
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	71.871	32.767
Obrigações com o Poder Concedente		1.469	1.166
Obrigações parceladas	16	-	336
Passivo de arrendamento		174	45
Outras obrigações		1.227	772
<b>Não circulante</b>		<b>624.524</b>	<b>666.452</b>
Financiamentos	14	608.542	641.112
Fornecedores	12	9.327	4.759
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	1.860	3.256
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	4.778	17.267
Passivo de arrendamento		17	58
<b>Patrimônio Líquido</b>	17	<b>609.835</b>	<b>(316.912)</b>
Capital social		1.456.422	1.088.000
Reserva de capital		281	202
Prejuízos acumulados		(846.868)	(1.405.114)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.464.603</b>	<b>466.529</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	18	<b>730.483</b>	<b>272.239</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		<b>(518.131)</b>	<b>(357.685)</b>
Serviços		(89.936)	(196.133)
Custo com pessoal		(57.178)	(50.536)
Materiais, equipamentos e veículos		(21.494)	(23.194)
Custo de construção		(316.093)	(11.124)
Depreciação e amortização		(4.258)	(51.181)
Custos contratuais		(21.110)	(19.029)
Outros		(8.062)	(6.488)
<b>Resultado bruto</b>		<b>212.352</b>	<b>(85.446)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(56.189)</b>	<b>(132.264)</b>
Serviços		(22.452)	(11.864)
Despesa com pessoal		(24.705)	(17.603)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.212)	(853)
Depreciação e amortização		(102)	(4.026)
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017		-	(71.651)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	10.851	(14.442)
Reversão para riscos contratuais indedutíveis		1.638	-
Indenização civil e trabalhista		(10.434)	(3.889)
Multas dedutíveis		(1.942)	-
Campanhas publicitárias, eventos, feiras e informativos		(1.408)	(434)
Água, luz, telefone, internet e gás		(782)	(699)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	5	(2)
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.646)	(6.801)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>156.163</b>	<b>(217.710)</b>
Resultado financeiro	19	(47.535)	(158.888)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>108.628</b>	<b>(376.598)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	449.618	62
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>558.246</b>	<b>(376.536)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)</b>	17.2	<b>0,43363</b>	<b>(0,34608)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>558.246</b>	<b>(376.536)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>558.246</b>	<b>(376.536)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>1.088.000</b>	-	<b>82</b>	<b>(1.028.578)</b>	<b>59.504</b>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(376.536)	(376.536)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	120	-	120
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.088.000</b>	-	<b>202</b>	<b>(1.405.114)</b>	<b>(316.912)</b>
Lucro líquido do exercício	17.2	-	-	-	558.246	558.246
Aumento de capital social em 18 de junho de 2025	17.1	368.422	(368.422)	-	-	-
Integralização de capital social em 1º de julho de 2025	17.1	-	368.422	-	-	368.422
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.3	-	-	79	-	79
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.456.422</b>	-	<b>281</b>	<b>(846.868)</b>	<b>609.835</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>558.246</b>	<b>(376.536)</b>
<b>Ajustes por:</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(449.618)	(62)
Depreciação e amortização	10 e 11	4.274	55.167
Baixa do ativo intangível		7	797
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(5)	2
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017		-	71.651
Remuneração do contas a receber do Poder Concedente		-	(52.840)
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	2.389	18.554
Comissão de fianças com partes relacionadas	9	3.626	5.581
Juros e variação monetária sobre financiamentos	19	71.755	63.844
Juros sobre obrigações parceladas	19	6	48
Variação cambial com fornecedores estrangeiros	19	2	6
Ajuste a valor presente do arrendamento	19	14	11
Depreciação - arrendamento		86	40
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(2.054)	(696)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		79	120
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber das operações	7.1	(4.997)	2.806
Contas a receber do Poder Concedente		-	305.990
Contas a receber de partes relacionadas	9	(77)	947
Tributos a recuperar		(13.509)	137
Despesas antecipadas e outros créditos		(2.707)	(899)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	12	68.609	(8.269)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	34.082	15.065
Obrigações sociais e trabalhistas	13	3.669	89
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.507	(698)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(9.325)	-
Pagamento de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	(14.878)	(4.112)
Obrigações com o Poder Concedente		303	51
Outras obrigações		455	(481)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>263.939</b>	<b>96.313</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições do ativo imobilizado	10	(41.666)	(8.940)
Adições ao ativo intangível	11	(352.830)	(11.592)
Outros de ativo imobilizado e intangível	11	233	372
Aplicações financeiras líquidas de resgates		1.554	(5.307)
Resgate / aplicações (conta reserva)		825	(591)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(391.884)</b>	<b>(26.058)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Financiamentos			
Pagamento de principal	22.2	(49.583)	(48.768)
Pagamento de juros	22.2	(53.378)	(56.780)
Arrendamento			
Pagamento de principal	22.2	(95)	(45)
Integralização de capital	22.2	368.422	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<b>265.366</b>	<b>(105.593)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>137.421</b>	<b>(35.338)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		56.499	91.837
No final do exercício		193.920	56.499
		<b>137.421</b>	<b>(35.338)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receitas</b>			
Receitas operacionais	18	769.399	302.928
Outras receitas		1.188	389
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações		5	(2)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo de construção		(316.093)	(11.124)
Custos dos serviços prestados		(137.239)	(242.948)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(31.273)	(109.458)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>285.987</b>	<b>(60.215)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		<b>(4.360)</b>	<b>(55.207)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>281.627</b>	<b>(115.422)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	19	29.732	8.720
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>311.359</b>	<b>(106.702)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Empregados</b>			
Remuneração direta		47.702	41.924
Benefícios		19.929	13.909
FGTS		2.799	2.360
<b>Tributos</b>			
Federais		(422.899)	17.450
Estaduais		233	278
Municipais		22.418	21.967
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		77.218	167.568
Aluguéis		5.713	4.378
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Lucro (prejuízo) líquido do período		558.246	(376.536)
		<b>311.359</b>	<b>(106.702)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



### 1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia teve como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no contrato de concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A Companhia, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução n.º 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no contrato de concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções n.º 4.700 de 13 de maio de 2015 e n.º 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei n.º 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de n.º 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Entre os anos de 2016 e 2018, foram aplicados os reajustes tarifários com aplicação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação n.º 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Em 14 de setembro de 2020 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do contrato de concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação n.º 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

Os investimentos pactuados no contrato de concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o termo aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do termo aditivo, haverá diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a Companhia permanecerá operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

A Companhia contratou em favor da ANTT, garantia de execução do contrato, no valor de R\$ 175.000, a preços de maio de 2012 ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente a Companhia ficou obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste termo aditivo e em seus anexos; (ii) observar o prazo de vigência do termo aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da Lei n.º 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao contrato de concessão originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º termo aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a Companhia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

Esse aditivo de prorrogação de prazo aconteceu nessas condições pois a concessão se encontra em processo de relicitação, tendo expirado o prazo máximo previamente pactuado.

Tendo em vista a ausência de outras disposições contratuais relacionadas, os efeitos contábeis decorrentes deste ativo são apenas de movimentação ordinária do saldo indenizável, em atenção aos critérios previstos na regulação aplicável.

Em 14 de agosto de 2023, foi aprovado o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) conforme deliberação n.º 249 de 14 de agosto de 2023, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Em 14 de junho de 2024, foi aprovado o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), conforme Decisão SUROD n.º 254, de 06 de junho, de 2024, com aplicação de variação do IPCA (3,69%).

Em 11 de março de 2025, foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela Companhia com a União, por intermédio da ANTT (“4º Aditivo”). Este aditivo prorroga a vigência, se estendendo até o início da vigência de um novo termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão, ou até a efetiva implementação da solução consensual alcançada no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão - Plenário do Tribunal de Contas da União n.º 2.434/2024. Durante a vigência do Aditivo a Companhia continuará a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração na rodovia.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Em 22 de maio de 2025, foi celebrado o primeiro leilão de otimização de Contrato de Concessão rodoviária federal BR-163/MS. Conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Ministério dos Transportes, o leilão ocorreu na sede da B3, em São Paulo. Após vencer o certame sem concorrência, a Controladora Motiva, seguirá à frente da operação do trecho de 847,2 quilômetros, com um contrato otimizado e vigência de 29 anos.

Em 3 de junho de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União a decisão Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (SUROD) Nº 150 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aprovando o reajuste com base na variação do IPCA, entre o período de abril de 2024 a abril de 2025, o Reajuste das Tarifas de Pedágio, no percentual positivo de 5,53%, entrando em vigor a partir da zero hora do dia 14 de junho de 2025.

Em 1º de agosto de 2025, foi assinado o Termo Aditivo n.º 006/2025, referente ao processo competitivo nº 01/2025, que trata da modernização do Contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-163/MS, no trecho compreendido entre a divisa com o estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná. O instrumento, celebrado entre a Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., antes denominada “CCR MSVia” agora “Motiva Pantanal”, e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT estabelece novas obrigações de investimentos de ampliação de capacidade, melhorias e serviços estruturais bem como novas diretrizes para a prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção na infraestrutura rodoviária, o referido aditivo assegura ainda a continuidade da prestação do serviço pelo prazo de 29 anos, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024 do Tribunal de Contas da União.

### **Bens reversíveis**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Concessionária no Prazo da Concessão nos termos da legislação vigente.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias do contrato como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.



### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

#### 3.1. Moeda estrangeira

##### Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

#### 3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receita de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da Companhia, à medida que a Companhia tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação de infraestrutura, operação ou indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

### 3.3. Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



### Classificação e mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



### Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

#### Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

### 3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.



### 3.6. Ativo imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### 3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

### 3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### 3.11. Benefícios a empregados

#### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.



### 3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

### 3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

### 3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – R1 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 – R1 / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### 3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública da rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do Estado do Mato Grosso do Sul e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

### 3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### 3.17. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.



### 3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos materiais nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

### 3.19. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

### IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

### Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

### 3.20. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.



### 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

#### 5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 14 e 20.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (2) Certificado de Depósito Interbancário

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(CDI) relativos aos empréstimos em reais; e (3) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 14 e 20.

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

### d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	100.844	96.909	93.086	89.221	636.331
Fornecedores e outras obrigações	83.351	9.327	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	71.871	1.860	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.469	-	-	-	-

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controladora Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e bancos	24.835	14.679
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	169.085	41.820
<b>Total</b>	<b>193.920</b>	<b>56.499</b>

<b>Aplicações financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.458</b>	<b>9.958</b>
Aplicações financeiras (a)	10.458	9.958
<b>Não circulante</b>	<b>27.094</b>	<b>27.919</b>
Conta reserva (b)	27.094	27.919
<b>Total</b>	<b>37.552</b>	<b>37.877</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,70% do CDI, equivalente a 14,41% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (97,98% do CDI, equivalente a 10,65% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e

(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (nota explicativa n.º 14)

### 7. Contas a receber

#### 7.1. Contas a receber líquidas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.625</b>	<b>25.623</b>
Contas a receber das operações (a)	30.625	25.628
Provisão para perda esperada (b)	-	(5)
<b>Total</b>	<b>30.625</b>	<b>25.623</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

### 7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	30.625	25.619
Créditos vencidos até 60 dias	-	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	3
Créditos vencidos a mais de 180 dias	-	2
<b>Total</b>	<b>30.625</b>	<b>25.628</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>108.628</b>	<b>(376.598)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>	<b>(36.934)</b>	<b>128.043</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Constituição de imposto diferido em decorrência da repactuação	486.476	-
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(127.868)
Despesas indedutíveis	130	(135)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(127)	(21)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	70	43
Outros ajustes tributários	3	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>449.618</b>	<b>62</b>
Impostos diferidos	449.618	62
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>-413,91%</b>	<b>0,02%</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

<b>Imposto de renda e a contribuição social diferidos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativo</b>	<b>527.616</b>	<b>79.239</b>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	522.793	73.390
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.680	1.436
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	1.624	4.184
Programa de gratificação longo prazo	509	226
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1
Provisão para fornecedores	7	-
Arrendamento	3	2
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(77.998)</b>	<b>(79.239)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>449.618</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>	<b>(77.998)</b>	<b>(79.239)</b>
Capitalização de juros	(75.157)	(75.978)
Custo de transação de financiamentos	(2.841)	(3.261)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>77.998</b>	<b>79.239</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>449.618</b>	<b>-</b>

<b>Movimentação do imposto diferido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>-</b>	<b>(62)</b>
Reconhecimento no resultado	449.618	62
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>449.618</b>	<b>-</b>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	<b>2025</b>
2026	8.179
2027	15.919
2028	33.952
2029	45.626
2030	50.141
2031 em diante	368.976
<b>Total</b>	<b>522.793</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	<b>69</b>	<b>23.846</b>	<b>23.915</b>	<b>1</b>	<b>12.576</b>	<b>12.577</b>
Bancos conta movimento	-	23.836	23.836	-	12.575	12.575
Contas a receber	69	10	79	1	1	2
<b>Passivo</b>	<b>73.670</b>	<b>61</b>	<b>73.731</b>	<b>36.004</b>	<b>19</b>	<b>36.023</b>
Fornecedores e contas a pagar	73.670	61	73.731	36.004	19	36.023

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	-	(6)	(6)	-	(5)	(5)
Custos / despesas - seguros	-	(523)	(523)	-	-	-
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(134)	(134)	-	(31)	(31)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	(4.930)	-	(4.930)	-	-	-
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(5.817)	(5.817)	-	(5.663)	(5.663)
Custos / despesas - outros gastos	(1.016)	-	(1.016)	-	-	-
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(988)	(988)	-	(940)	(940)
Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas	(3.626)	-	(3.626)	(5.581)	-	(5.581)
Receitas de prestação de serviço	-	13	13	-	-	-
Receitas de aplicação financeiras	-	1	1	-	107	107
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	-	-	-	1	1
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(40.491)	-	(40.491)	(25.900)	-	(25.900)
Repasse de custo e despesas de colaboradores	-	(4)	(4)	(316)	(143)	(459)

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 10.692 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9.1. Profissionais-chave da administração

#### Despesas com profissionais chaves da administração

	Diretores estatutários e não estatutários
	2025
<b>Remuneração (a)</b>	<b>1.560</b>
<b>Benefícios de curto prazo - remuneração fixa</b>	<b>758</b>
<b>Outros benefícios:</b>	<b>802</b>
Incentivo de longo prazo	232
Provisão para remuneração variável do ano	544
Previdência privada	25
Seguro de vida	1

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de março de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

#### Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2025	2024
<b>Remuneração dos administradores (a)</b>	<b>309</b>	<b>-</b>

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria não estatutária e diretoria estatutária).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 3.453, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

### 9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	2025	2024
De 0,80% a.a.	(3.626)	(5.581)
<b>Total</b>	<b>(3.626)</b>	<b>(5.581)</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total em operação	Imobilizações em andamento	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2025</b>	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	41.666	41.666
Transferências	39	5.077	5.116	(5.116)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	370	370	-	370
Depreciação	(2)	(121)	(123)	-	(123)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>37</b>	<b>5.326</b>	<b>5.363</b>	<b>36.550</b>	<b>41.913</b>
Custo	39	5.447	5.486	36.550	42.036
Depreciação acumulada	(2)	(121)	(123)	-	(123)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>37</b>	<b>5.326</b>	<b>5.363</b>	<b>36.550</b>	<b>41.913</b>
<b>Taxa média anual de depreciação %</b>					
Em 31 de dezembro de 2025	10	11			

### 11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	464	464	11.128	11.592
Transferências	1.902	440	(1.087)	1.255	(1.900)	(645)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(645)	(645)	-	(645)
Reclassificação do contas a receber do Poder Concedente	369.991	919	1.358	372.268	598	372.866
Amortização	(41.619)	(479)	-	(42.098)	-	(42.098)
Outros	-	-	645	645	(372)	273
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>330.274</b>	<b>880</b>	<b>735</b>	<b>331.889</b>	<b>9.454</b>	<b>341.343</b>
Custo	594.395	12.535	735	607.665	9.454	617.119
Amortização acumulada	(264.121)	(11.655)	-	(275.776)	-	(275.776)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>330.274</b>	<b>880</b>	<b>735</b>	<b>331.889</b>	<b>9.454</b>	<b>341.343</b>
Adições	-	-	1.787	1.787	351.043	352.830
Baixas	-	(7)	-	(7)	-	(7)
Transferências	55.603	59	(60)	55.602	(55.602)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(369)	(369)	(1)	(370)
Amortização	(3.978)	(173)	-	(4.151)	-	(4.151)
Outros	(233)	-	-	(233)	-	(233)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>381.666</b>	<b>759</b>	<b>2.093</b>	<b>384.518</b>	<b>304.894</b>	<b>689.412</b>
Custo	649.765	12.534	2.093	664.392	304.894	969.286
Amortização Acumulada	(268.099)	(11.775)	-	(279.874)	-	(279.874)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>381.666</b>	<b>759</b>	<b>2.093</b>	<b>384.518</b>	<b>304.894</b>	<b>689.412</b>
<b>Taxa média anual de amortização %</b>						
Em 31 de dezembro de 2025	(*)	20				

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

### Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025 refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>297.256</b>
Execução de obras e melhorias BR-163	248.279
Projetos e licenciamento ambiental	23.530
Pavimento flexível	15.640
Implantação fornecimento de barreiras	8.318
Melhoria na infraestrutura da sede	1.489

### 12. Fornecedores

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>82.124</b>	<b>18.081</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	73.472	9.081
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	17	-
Cauções e retenções contratuais	8.635	9.000
<b>Não circulante</b>	<b>9.327</b>	<b>4.759</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	-	4.759
Cauções e retenções contratuais	9.327	-
<b>Total</b>	<b>91.451</b>	<b>22.840</b>

Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

### 13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.413</b>	<b>9.744</b>
Salários e remuneração a pagar	1.979	1.734
Benefícios, gratificações e participações a pagar	5.631	3.056
Encargos sociais e previdenciários	1.835	1.464
Provisão para férias	3.968	3.490
<b>Total</b>	<b>13.413</b>	<b>9.744</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17.013	6.327	520.141	544.761 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918%	Março de 2039	2.598	995	99.124	103.836 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844%	Março de 2039	2.671	1.034	40.667	42.541 (b) (c) (d)
<b>Total geral</b>					<b>8.356</b>	<b>659.932</b>	<b>691.138</b>

	2025	2024
<b>Circulante</b>	<b>51.390</b>	<b>50.026</b>
Financiamentos	52.549	51.262
Custos de transação	(1.159)	(1.236)
<b>Não Circulante</b>	<b>608.542</b>	<b>641.112</b>
Financiamentos	615.739	649.468
Custos de transação	(7.197)	(8.356)
<b>Total</b>	<b>659.932</b>	<b>691.138</b>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

#### Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/fiança corporativa da Motiva.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	50.264
2028	50.264
2029	50.264
2030	50.264
2031 em diante	414.683
(-) Custos de transação	(7.197)
<b>Total</b>	<b>608.542</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo aplicado totaliza R\$ 27.094.

### 15. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

#### 15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.014</b>	<b>2.615</b>	<b>1.638</b>	<b>17.267</b>
Constituição	5.301	1.548	-	6.849
Reversão	(2.736)	(1.222)	(1.638)	(5.596)
Pagamentos	(12.740)	(2.138)	-	(14.878)
Atualização de bases processuais e monetária	860	276	-	1.136
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.699</b>	<b>1.079</b>	-	<b>4.778</b>

#### 15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	3.408	5.185
Trabalhistas e previdenciários	2.985	1.571
Tributárias	609	-
<b>Total</b>	<b>7.002</b>	<b>6.756</b>

### 16. Obrigações parceladas

	Circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>336</b>	<b>336</b>
Atualização monetária	6	6
Pagamentos	(342)	(342)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 17. Patrimônio líquido

#### 17.1. Capital social

Em 18 de junho de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 368.422, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 368.422.328 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00.

Em 1º de julho, foi realizada a integralização do saldo de R\$ 368.422 ao capital social da Companhia.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.456.422, composto por 1.456.422.328 ações ordinárias e sem valor nominal.

#### 17.2. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
<b>Numerador</b>		
Lucro (prejuízo)	558.246	(376.536)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações (em milhares)	1.287.393	1.088.000
<b>Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído</b>	<b>0,43363</b>	<b>(0,34608)</b>

### 17.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo.

#### Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 3.970;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;

Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). Não houve exercício deste plano no período, assim como não houve nenhuma movimentação por desligamento desde sua outorga até 31 de dezembro de 2024. Esse plano segue as características do plano outorgado em 2023.

#### Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 3.970 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos anteriores seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2024, a entrega de 97.457 e o cancelamento de 169.211 ações em razão de desligamentos, restando 1.957.397 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 79.

### 18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
<b>Receita bruta</b>	<b>769.399</b>	<b>302.928</b>
Receitas de pedágio	442.990	229.276
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	316.093	11.124
Receitas acessórias	10.316	9.688
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	-	52.840
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(38.916)</b>	<b>(30.689)</b>
Impostos sobre receitas	(38.876)	(30.607)
Devoluções e abatimentos	(40)	(82)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>730.483</b>	<b>272.239</b>

### 19. Resultado financeiro

	2025	2024
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(77.267)</b>	<b>(167.608)</b>
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	(71.755)	(63.844)
Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas	-	(97.098)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(3.626)	(5.581)
Juros sobre obrigações parceladas	(6)	(48)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)	(11)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(14)	(11)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.862)	(1.015)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>29.732</b>	<b>8.720</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	29.306	8.413
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	5
Juros e outras receitas financeiras	424	302
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(47.535)</b>	<b>(158.888)</b>

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Instrumentos financeiros

#### 20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
<b>Ativo</b>	<b>Nível</b>	<b>262.176</b>	<b>120.001</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>231.472</b>	<b>94.376</b>
Caixa e bancos	Nível 2	24.835	14.679
Aplicações financeiras	Nível 2	179.543	51.778
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	27.094	27.919
<b>Custo amortizado</b>		<b>30.704</b>	<b>25.625</b>
Contas a receber das operações		30.625	25.623
Contas a receber de partes relacionadas		79	2
<b>Passivo</b>	<b>Nível</b>	<b>(827.810)</b>	<b>(751.939)</b>
<b>Custo amortizado</b>		<b>(827.810)</b>	<b>(751.939)</b>
Financiamentos (a)		(659.932)	(691.138)
Fornecedores e outras obrigações		(92.678)	(23.612)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(73.731)	(36.023)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.469)	(1.166)
<b>Total</b>		<b>(565.634)</b>	<b>(631.938)</b>

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

#### 20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e obrigações parceladas (auto de infração com o Poder Concedente), com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ <sup>(4)(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(668.288)	(75.877)	(91.469)	(107.066)
<b>Efeito sobre os financiamentos</b>		<b>(75.877)</b>	<b>(91.469)</b>	<b>(107.066)</b>
CDI	212.042	18.315	22.766	27.172
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>18.315</b>	<b>22.766</b>	<b>27.172</b>
<b>Total do efeito de perda</b>		<b>(57.562)</b>	<b>(68.703)</b>	<b>(79.894)</b>
<b>As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:</b>				
	TJLP <sup>(2)</sup>	9,1900%	11,4875%	13,7850%
	CDI <sup>(3)</sup>	14,9000%	18,6250%	22,3500%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela BNDES;
- (3) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

## 21. Compromissos vinculados a concessão

### 21.1 Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecido no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	<b>2025</b>
<b>Compromissos relativos à concessão</b>	<b>12.082.501</b>

Os valores acima incluem os investimentos de natureza contingente. No entanto, não incluem eventuais investimentos de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

### 21.2 Recursos vinculados

Conforme cláusula 12 do Termo Aditivo nº 06 ao Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo;
- (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda;
- (i) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente;
- (ii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- (iii) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados;
- (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e
- (v) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo de concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratuais e dos fatores de reequilíbrio, no âmbito da Revisão Ordinária, conforme a fórmula prevista no contrato:

Alíquota RV = D – A, onde:

- D = Fator D (desconto por inexecução das obras e serviços);
- A = Fator A (acréscimo por antecipação das obras e serviços).

Caso a alíquota seja negativa, seus efeitos incidirão diretamente sobre a Tarifa de Pedágio, conforme disposto na Cláusula 12.3.3 do Termo Aditivo.

A movimentação está demonstrada a seguir:

<b>Recursos Vinculados</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo no início do exercício	-	-
Constituição	3.032	-
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido de IRRF e IOF)	23	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>3.054</b>	-

## 22. Demonstrações dos fluxos de caixa

### 22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Varições nos ativos e passivos</b>	-	<b>(377.147)</b>
Contas a receber do Poder Concedente	-	(377.147)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	-	<b>377.147</b>
Outros de ativo imobilizado e intangível	-	377.147

### 22.2. Atividades de financiamento

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Financiamentos	Passivo de arrendamento	Capital social	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(691.138)</b>	<b>(103)</b>	<b>(1.088.000)</b>	<b>(1.779.241)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>102.961</b>	<b>95</b>	<b>(368.422)</b>	<b>(265.366)</b>
Pagamentos de principal	49.583	95	-	49.678
Pagamentos de juros	53.378	-	-	53.378
Integralização de capital	-	-	(368.422)	(368.422)
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>(71.755)</b>	<b>(183)</b>	<b>-</b>	<b>(71.938)</b>
Juros e variações monetárias	(71.755)	-	-	(71.755)
Adições de contratos de arrendamento	-	(169)	-	(169)
Ajuste a valor presente	-	(14)	-	(14)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(659.932)</b>	<b>(191)</b>	<b>(1.456.422)</b>	<b>(2.116.545)</b>

## 23. Eventos subsequentes

### Captação de debêntures

Em 12 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a captação da 1ª Emissão, em Série Única de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 1.400.000. O contrato tem vencimento em 15/12/2030.

\*\*\*

# Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

### Composição da Diretoria

Nelson Soares Neto	Diretor Presidente e de RI
Angelo Luiz Lodi	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

### Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0"S"MS